

Caros Concidadãos:

É preciso combater a ideia que não há nada a fazer no território para evitar os fogos catastróficos, que é um processo imparável ligado ao aquecimento global e que só nos resta limpar o mato e cortar árvores à volta das casas.

É uma ideia falaciosa incoerente com a nossa realidade, e que começa logo por ter a consequência prática de legitimar a inacção na gestão do território que é onde está tudo por fazer – claro que o aquecimento global é um problema que só vai piorar as coisas no futuro, mas não é o factor explicativo relevante do que se passa em Portugal, até porque se fosse, a maior parte da área ardida ocorreria na parte mais quente do País quando se verifica precisamente o contrário; quanto à comparação com por exemplo a Califórnia, que de certa maneira sustenta a teoria que nada há a fazer, é importante que se tenha em conta que a sua dimensão é mais de 4 x Portugal e tem umas condições orográficas e exposição a ventos muito mais severas, e portanto é uma comparação inválida e que desvia a atenção do caso português onde a questão da recente e abrupta mudança do coberto vegetal terá um peso que não pode ser desconsiderado.

Porque não encarar de frente o simples e óbvio problema que a recente acumulação desordenada de matos verificada no Centro Norte e Algarve nos últimos 50 anos provoca? Porque não admitir e ser-se consequente com a óbvia ligação entre esta questão e a diminuição de gestão territorial também determinada pelo desajuste de políticas rurais ao minifúndio onde os fogos catastróficos ocorrem?. Porque não começar já a resolver a consequência óbvia de tudo isto, diminuindo estrategicamente a continuidade das extensas áreas de mato acumulado muitas vezes já com décadas, e reactivando actividades rurais que mantenham essa diminuição . É que esse erro é corrigível e está todo nas nossas mãos ao contrário da questão climática mundial.

Esta petição procura então contrariar a resignação de não “haver nada a fazer no território” mostrando que existem soluções práticas exequíveis no “minifúndio abandonado” – limpezas com escala em locais estratégicos do território – já executadas e que deram bons resultados mas que, não estão a ser devidamente apoiadas nem potenciadas.

Quanto ao avanço da petição:

Reencaminho os elementos da 1ª entrega na Assembleia da República em Julho de 2018, e que deu origem a uma audição pela Comissão de Agricultura em 10 de Janeiro de 2019 dado que ultrapassávamos as 1000 assinaturas. Mando também em anexo mais alguma informação relacionada:

- Mapa – PAC_fogos_minifúndio – mapa que tem a distribuição dos dinheiros da PAC(Política Agrícola Comum) em eur/ha/ano por concelho .
- Mapas – mapas_fogos_peticao_divulgar – é um ppoint com um conjunto de mapas ilustrativos da incoerência de aplicação de recursos da PAC/PDR
- Texto – Petição total_19 – é uma compilação com todos os assuntos já publicados na petição.
- Texto - Relatório Final_Petição 539_XIII_3ª - é o relatório final feito pela Comissão da Agricultura depois da nossa audição em 10 de Janeiro - acho que faz uma boa síntese e mostra que pelo menos uma boa parte da mensagem chegou "do campo de batalha ao quartel" mas quanto a resultados práticos.... ainda vamos ver

Quanto à audição no passado dia 10 de Janeiro com os deputados da Comissão de Agricultura e Mar, foi particularmente concorrida - fomos com uma delegação de 35 pessoas numa camionete da CM Ourém – foi um vereador da CM Ourém vários Presidentes de Junta Ourém e Tomar, o Presidente da AIMMP (indústria de Pinho), presidente da Resipinus (resineiros e indústria resina), representante da Quercus, e dos concelhos de Proença a Nova e Sertã, Estiveram presentes bastantes deputados dado o interesse que a petição suscitou e sentimos particular apoio dos grupos parlamentares do PS, PSD e PCP .

De qualquer forma, como a problemática territorial que originou esta petição subsiste, e parece estar bem longe de começar a ser resolvida, vamos continuar a reunir mais assinaturas - agora o desafio é chegar às 4000 para discussão em plenário (grande auditório da AR). Portanto quem puder arranjar mais assinaturas .. a causa agradece!

Abraço

Pedro Cortes

Caros concidadãos,

O seu endereço electrónico consta da nossa lista e estamos a tentar divulgar/reforçar uma petição sobre a questão dos fogos rurais no minifúndio do Centro, Norte e Algarve, <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT88033>, o mais curta possível mas mesmo assim comprida, que redigimos em Janeiro de 2018, para pedir apoio para que se iniciassem desde logo no Inverno acções de prevenção de gestão de combustível, que fundamentámos como sendo estratégicas, tirando ao menos partido dos largos fundos distribuídos pela PAC (Política Agrícola Comum) com o objectivo de compensar todo o mundo rural por algumas/muitas falhas a que ele tem sido sujeito. Mantém-se a actualidade do que se pediu, já que aparentemente até agora nada foi atendido, e com o avançar do calendário a urgência aumentou. Fez-se um ponto de situação em Março de 2018 - ver “actualização 1” na Petição, e recentemente mais outro “actualização 2” para actualizar o que se pede.

Em 20 de julho fizemos uma primeira entrega com as assinaturas que tínhamos nessa altura - 1310 assinaturas (429 assinaturas online e 881 em papel) - e faremos mais entregas à medida que haja mais assinaturas.

Faço só mais um resumo de basicamente o que se trata:

1. não se pode por de castigo, sobretudo esse castigo consistindo em “abandonar o rural abandonado” uma zona que ocupa 2/3 do País,
 - 1º porque não funciona: o abandono do abandonado é sempre uma acção irresponsável.
 - 2º porque é injusto, há muitas razões para o abandono, uma delas é que ninguém é obrigado a manter um prejuízo. Outra e provada, é que uma das razões para o abandono, no já difícil minifúndio, foi a PAC, tanto que ela própria reconhece e criou fundos para compensar. Estes entram para área

toda do país em cerca de 140eur/ha mas depois com os critérios da grande agricultura dificilmente chegam às zonas rurais de minifúndio.

- 3º porque o fogo encarregou-se de corrigir isto à força, não sendo possível a coexistência e a vizinhança com zonas abandonadas.
2. Então ao menos que venham alguns fundos para estas zonas de minifúndio em abandono, nem sequer dados em dinheiro mas na forma de prevenção com limpezas de mato, não se usem critérios de raposa e cegonha na sua distribuição, e deixem trabalhar qualquer um dos raros que queira melhorar a prevenção e cortar mato nestas zonas. Até porque esse trabalho tem benefícios que ainda superam em muito o travar os fogos.

E só para se medir a gravidade e importância disto tudo situando a agora tragédia da Grécia, veja-se: nestes 2 fogos ardeu no total 6 000 ha, compare-se com o que pode acontecer na nossa dimensão: nos dias 14-15 de Outubro de 2017 arderam quase 200 000 ha!.

Num artigo do El Pais "Incendios como bombas atómicas"
https://elpais.com/elpais/2018/07/24/opinion/1532457837_710821.html?id_externo_promo=enviar_email diz-se que os fogos de 2017 em Portugal correspondem à energia de mais de 200 bombas atómicas de Hiroshima e libertaram para a atmosfera mais cinzas que 10 anos de erupções vulcânicas no mundo inteiro - isto para que se tenha uma medida objectiva da brutalidade em termos mundiais dos "nossos" fogos.

Se concordar, não se esqueça “ Os problemas resolvem-se de baixo para cima!”, e assim reforce esta petição assinando-a, para chegarmos lá acima. E que o inimigo comum seja agora só o fogo catastrófico, unindo-nos todos contra ele que não deve interessar a ninguém: a forte agricultura do sul/ pequena do minifúndio centro/norte/algarve, a floresta/ agricultura, o eucalipto/pinheiro/montado, os cientistas/técnicos/políticos, os urbanos/rurais, o combate/prevenção, o central/local, os ambientalistas/produtivistas, associações/autarquias; neste desígnio há que superar o clubismo.

Para quem já assinou muito obrigado, e serve de actualização da informação.

E obrigado, mesmo só por lerem,

O 1º peticionário -Pedro Cortes